

## Processo-chave: Colaboração (baseado na prática portuguesa)

---

No campo da educação, a “colaboração” é entendida como um mandato legal, a melhor prática nas práticas dos professores e necessária para a inclusão de crianças com NEE (Hernandez, 2013). De facto, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) evidencia a importância da cooperação efetiva entre os professores titulares, os professores de ensino especial e equipas de apoio, bem como o envolvimento de outros recursos humanos, tais como professores consultores, psicólogos, terapeutas da fala e terapeutas ocupacionais. Também determina que a educação de crianças com NEE é uma tarefa partilhada pelos pais e pelos profissionais, recomendando o desenvolvimento de uma parceria cooperativa entre administração escolar, professores e pais, encarados como parceiros ativos na tomada de decisões.

**Definição:** O termo “colaboração” é muitas vezes considerado ambíguo e dependente do contexto em que é utilizado. Todavia, muitos autores parecem concordar que a colaboração inclui um trabalho conjunto, com benefícios mútuos, numa relação solidária. Os modelos de colaboração entre professores, pais e outros profissionais de educação, implementados para ir ao encontro da diversidade, são reconhecidos como estratégias poderosas e de sucesso em qualquer contexto educativo (Wood, 1998). Em particular, a colaboração entre profissionais de educação especial e educação regular são uma alternativa para responder aos desafios da educação inclusiva, diminuir o isolamento tradicionalmente associado ao trabalho dos professores e permitir o retorno das crianças com NEE às escolas de ensino regular. Simultaneamente, faz com que os educadores especiais regressem ao núcleo profissional escolar.

**Modelos de colaboração:** A maneira como os professores, outros profissionais e os pais colaboram uns com os outros em ambiente escolar é, usualmente, designada por modelos de colaboração e correspondem a abordagens multidisciplinares, interdisciplinares ou transdisciplinares (Briggs, 1991, 1997; Hernandez, 2013). Cada modelo apresenta princípios subjacentes distintos e diferenças nos processos de comunicação e de colaboração entre os membros da equipa. Existem evidências de que a abordagem transdisciplinar apresenta uma melhor eficácia, especialmente em relação à criação de uma estrutura de equipa integrada, prestação de serviços, comunicação estruturada e regular, troca de conhecimentos entre as diferentes áreas disciplinares e focalização nos alunos.

**Abordagem de ensino colaborativo:** Tradicionalmente a principal responsabilidade dos professores de ensino regular é a utilização das suas competências para instruir os alunos com base no currículo em vigor no sistema escolar, sendo a principal responsabilidade dos professores de educação especial providenciar uma educação através do desenvolvimento e adaptação de materiais de modo a combinar os tipos de aprendizagem, pontos fortes e necessidades especiais de cada um dos seus alunos. A abordagem de co-ensino, ensino cooperativo ou ensino colaborativo, é o mais recente desenvolvimento da evolução dos modelos de colaboração descritos anteriormente (Hernandez, 2013). Identificado como um dos mais promissores fatores no favorecimento da inclusão, resulta na formação de equipas de professores de ensino regular e de educação especial, mas também poderá ser aplicado à formação de equipas de outros profissionais, tais como terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais e consultores (Rainforth & England, 1997 as cited in Hernandez, 2013). O ensino

cooperativo entre professores de ensino regular e educação especial implica que trabalhem em conjunto, como parceiros iguais, a maior parte do dia na mesma sala de aula, numa relação interativa que envolve planeamento, ensino e avaliação, gestão do ambiente de sala e do comportamento.